

## O ensino da gramática

Laís Oliveira Garcia<sup>1</sup>  
Bianca Lessa Manoel<sup>2</sup>

### Resumo

Muito se tem questionado a respeito do ensino de gramática nas aulas de língua portuguesa. Afinal, a gramática deve ou não ser ensinada? Diante de uma nova metodologia, como reagiria professores e alunos? Buscando responder tais questionamentos, o objetivo deste artigo é estabelecer uma reflexão acerca do ensino de gramática nas escolas. Ao educador, compete o ensino da gramática normativa de forma contextualizada para o cumprimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais servem de referência para o trabalho de todas as disciplinas nos três níveis da formação escolar dos estudantes. Entretanto, percebe-se que muitas vezes esta metodologia de ensino ofertada é incompatível, pois muitos estudantes concluem o Ensino Fundamental sem saber ler e escrever adequadamente. Conclui-se que é necessário refletir sobre metodologia adotada pelo professor e, partir disto, encontrar nova perspectiva em relação ao ensino de língua portuguesa, a fim de proporcionar aos discentes um ensino eficaz.

**Palavras-chave:** Ensino; Gramática; Língua portuguesa.

### Abstract

Much has been questioned about the teaching of grammar in Portuguese language classes. After all, should grammar be taught? Faced with a new methodology, how would teachers and students react? In order to answer such questions, the purpose of this article is to establish a reflection about the teaching of grammar in schools. The educator is responsible for the teaching of normative grammar in a contextualized way for the fulfillment of the National Curricular Parameters, which serve as reference for the work of all disciplines in the three levels of the students' education. However, it is often perceived that this methodology of teaching offered is incompatible, since many students complete the Elementary School without being able to read and write properly. It is concluded that it is necessary to reflect on the methodology adopted by the teacher and, from this, to find a new perspective regarding Portuguese language teaching, in order to provide students with effective teaching.

**Keywords:** Teaching; Grammar; Portuguese language.

### 1. Introdução: um “olhar” gramatical diacrônico

<sup>1</sup> Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Unigranrio. E-mail: [laissoliveiragarcia@gmail.com](mailto:laissoliveiragarcia@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes

A partir da década de 1980, as pesquisas de linguistas viabilizaram discussões importantes sobre o ensino da língua materna e reflexões voltadas ao trabalho dentro de sala de aula inerentes ao ensino e aprendizagem da gramática.

Contudo, apesar de muitas discussões e de artigos desenvolvidos, aparece ainda latente a questão central para os professores: “ensinar ou não gramática”? E “como fazê-lo”? O docente acompanha e ouve muitas vezes em sua prática pedagógica frases isoladas, sem respostas, e um esforço sem sentido real para o educando.

Há uma lacuna invisível que levam aos insucessos em sala de aula que vão desde as angústias do professor de Português sobre como tornar suas aulas significativas, até como desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem que efetivamente produzam conhecimento linguístico fora do seu plano de aula registrado em um papel sob orientação pedagógica. Portanto, torna-se importante desmistificar a ideia de que Português é uma matéria difícil e desestimulante, que não contribui para a formação de alunos leitores e produtores de textos.

Durante muito tempo, o ensino de gramática esteve vinculado somente a atividades que contemplavam os aspectos morfológicos, sintáticos, lexicais, semânticos, realizados de forma mecânica e passiva, onde o professor era o detentor do saber e o aluno era visto como um “depósito” de conteúdos que precisava “decorar para a prova” esses conhecimentos.

Decorrente desse posicionamento, alguns educadores passaram a “falsa imagem” de que a Língua Portuguesa, em alguns pontos, é uma disciplina chata e cansativa e o professor, sempre sério e intransigente, o detentor do saber.

Portanto, é pertinente que o professor tenha a clareza das concepções que vão nortear todo ensino de gramática, pois, de acordo com Travaglia (2000), a forma com que o professor concebe a linguagem é que vai determinar

seu trabalho em sala de aula. Sustentando a sua a prática docente e dando sentido ao seu trabalho.

## 2. Gramática tradicional: o que é falar e escrever bem?

Falar do ensino tradicional da Língua Portuguesa e críticas à gramática normativa tornou-se algo frequente ultimamente. Na verdade, o ensino de gramática é “um divisor de águas entre as diversas posições em relação ao ensino de língua na escola” (POSSENTI, 2002, p. 57).

Alguns defendem calorosamente a eliminação do ensino de gramática das aulas de Portuguesa e chegam a radicalizar afirmando que seu estudo é totalmente inútil. Já outros defendem a gramática como necessária ao aperfeiçoamento da leitura e da escrita, acreditando que sem ela aprender Português seria impossível.

O ensino de língua materna, assentado na tradição gramatical, continua sendo a base da prática de muitos professores e tal prática é sustentada por diversos segmentos da sociedade, mesmo com muitas críticas e vários posicionamentos. A falsa crença é de que não sabemos falar nossa própria língua (BAGNO, 1999) e, por este motivo, a gramática seria a garantia de falarmos e escrevermos corretamente, nos moldes da tradição normativa.

A ênfase na pedagogia do certo *versus* errado e da persistência na tradição gramatical pode ser associada ao baixo nível de desempenho dos alunos da língua portuguesa, portanto, é procedente a afirmação de que “os alunos concluem o ensino médio com imensas dificuldades de escrever textos socialmente pertinentes, com propriedade linguística e relevância normativa” (ANTUNES, 2002, p.128).

O ensino da língua materna, na maioria dos casos, limita-se ao ensino de gramática centrada em regras, terminologia, exercícios de identificação e rotulação de fragmentos de frase. Sobre isto, Ribeiro (2001), escreve que o professor deveria compreender a atividade de fala de seus alunos com funções de usos contextuais, porém gasta seu valioso tempo de aula em atividades

analisando períodos e orações como se fossem objetos prontos, cuja análise sintática continua sendo o centro das atenções, juntamente com exercícios que envolvem meramente questões de nomenclaturas, ou preenchimentos de lacunas e, por conseguinte, o docente na realidade torna-se repetidor da metalinguagem da gramática. (RIBEIRO, 2001, p.155).

Em suma, os alunos “aprendem” a língua por meio de atividades mecânicas e descontextualizadas, voltadas para a memorização das regras da língua padrão, gerando assim a ilusão de que nada sabe sobre seu instrumento de interação mais pessoal e, ainda pior, solidifica o mito de que “português é difícil” e de que “neste país todo mundo fala errado” (BAGNO, 1999, p. 40). Desconsiderando sua realidade concreta e sua dinamicidade, a língua é tratada como um sistema estável e abstrato de signos. A intimidade gramatical com a língua é extremamente necessária e não uma intimidade gramaticista com a gramática, como também afirma Luft (1985, p. 27).

É inegável que o ensino unicamente gramatical contribui para a reprodução do preconceito linguístico e para alimentar visões discriminatórias das variedades linguísticas, mas, por outro lado, se realmente desejamos ter êxito no ensino de língua materna, é exigência de primeira necessidade que alteremos nossa concepção de língua, de gramática e de ensino de língua.

Quando se fala em gramática, sempre vem à tona a concepção de gramática tradicional, onde para falar e escrever bem este manual de regras precisa ser seguido pelos usuários da língua. Algo facilmente explicável, pois a escola sempre se limitou a ensinar a gramática normativa, um componente do sistema linguístico, constituído por regras que estabelecem o funcionamento de uma determinada língua. Aplica-se a toda e qualquer variedade linguística sua função reguladora, tanto a variedade padrão com as demais variedades de uma gramática específica (ANTUNES, 2002.)

A escola adotou uma visão distorcida de que apenas uma das variedades linguísticas representa o todo linguístico, negando o fato de que um mesmo sujeito falante faz diferentes usos da língua (SUASSUNA, 2002), desconsiderando a pluralidade linguística, ou seja, a multiplicidade de formas e

usos da língua, impondo e cobrando um único padrão de comportamento linguístico. Desta forma, a escola colabora ainda mais para a exclusão social de incontáveis brasileiros, como escreve Almeida Filho:

[...] uma sociedade como a brasileira – que por sua dinâmica econômica e política, divide e individualiza as pessoas, isola-se em grupos, distribui a miséria entre a maioria e concentra os privilégios nas mãos de poucos – a língua não poderia deixar de ser, entre outras coisas, também a expressão dessa mesma situação. (ALMEIDA FILHO, 2007, p.14).

Partindo do pressuposto de que a linguagem constitui o meio mais poderoso para restringir o acesso ao poder (GNERRE *apud* GERALDI, 2002), é indispensável que a escola crie oportunidades para que seus alunos venham a dominar a variedade padrão, sem desmerecer a variedade linguística de cada um deles. A norma padrão seria uma forma a mais de expressão que se somaria ao repertório linguístico do aluno. Temos então um grande desafio pela frente: se devemos trabalhar com as variedades linguísticas, correspondendo a distintas gramáticas: o que ensinar? Como ensinar? O que é falar e escrever bem?

Primeiramente, é necessário romper o ciclo vicioso do preconceito linguístico que nos impede de trabalhar a língua enquanto produto das interações sociais e históricas. Para isso, torna-se fundamental que tenhamos clareza que a norma padrão é apenas uma variedade da língua que, em algum momento da nossa história foi escolhida para ser símbolo de poder, cultura, ou seja, ela é uma imposição social; nos conscientizemos de que ser professor de língua portuguesa não é o mesmo do que ser professor de gramática normativa, precisamos ensinar a língua tal como ela funciona de verdade, em toda sua dinamicidade social (POSSENTI, 2002).

O conceito de gramática normativa, segundo Antunes (2002), é o conjunto de regras para o bem falar e escrever, e não se sustenta do ponto de vista científico, uma vez que “bem falar e bem escrever” são avaliações subjetivas e em nenhum outro campo de estudo encontramos tal tipo de

avaliação. O falar em si atende à necessidade que todo falante tem de interagir com outro, constituindo uma prática social própria de todas as comunidades. Portanto, “falar e escrever bem”, mesmo apoiando-se nos “grandes escritores”, não é corroborado pelos princípios científicos.

Falar e escrever bem, estão intimamente ligados ao domínio dos diversos gêneros literários e será sempre objeto de estudo na disciplina de Língua Portuguesa. São, portanto, muitas competências cognitivas desejadas e esperadas que requer do aluno ao final do ensino médio habilidades, como: identificar, selecionar, inferir, justificar, analisar, compreender, comparar etc. Trabalhar a leitura é essencial não só para a reflexão, mas para desenvolver a arte de falar bem, de se expressar com clareza e elegância, de acordo com o OCEM (2008).

Partindo da ideia de que um leitor atento será sempre um bom produtor de texto, o professor é um elemento chave para estimular o aluno a ler, a tornar-se um leitor ativo, cuidadoso, assumindo uma postura crítica diante de um texto. Portanto, em vista de um objetivo maior, o professor deve escolher os mais variados tipos de texto, principalmente os que circundam o cotidiano do aluno, tais como: crônicas, reportagens de jornais voltados para a faixa-etária, revistas, letras de músicas, propaganda, tiras etc.

Após a escolha do tipo de texto a ser lido, o professor introduzirá uma leitura rápida, dinâmica para obter os conteúdos gerais sobre o conteúdo. Depois, uma leitura analítica que conduzirá a uma compreensão precisa e clara da argumentação do exposto. Em seguida, uma leitura crítica e mais profunda, levando a reflexão e discussão para a sala de aula. Pode-se também utilizar a leitura silenciosa, mentalizada, que tendem a ser mais rápidas, pois desta forma, não há a preocupação de entonação com a elocução das palavras (SOLÉ, 1998).

Não basta que o professor saiba que todas as variedades são igualmente válidas e eficientes. Ensinar a língua portuguesa em toda a sua plenitude requer que as suas múltiplas manifestações linguísticas sejam consideradas. As diferenças entre a variedade padrão e as variedades populares concentram-

se mais na avaliação social a que são submetidas do que na complexidade de suas gramáticas ou na eficiência comunicativa de cada um (POSSENTI, 2002).

Diante de tantos critérios e indagações, o que seria na verdade falar e escrever bem? Sobre isto, Couto (1993) define:

[...] porque isto de falar ou escrever bem tem de ser dentro das margens. Como um rio manso e leve; tão educado que não acorde poeira no fundo. Um rio que passe com essa eterna transparência que, verdade autografada, só a morte possui. Seja então a pureza pela morte trazida e por ela conservada. (COUTO, 1993, p. 29).

Desta forma, podemos compreender que o ato de bem falar e escrever precisa ser algo ensinado com naturalidade. O Português não deve ser ensinado como uma língua na qual seus usuários não se sintam coparticipantes dela.

### **3. Ensino cotidiano de gramática**

Quando se trata do âmbito escolar, as experiências vivenciadas pelos professores enquanto alunos, por certo, influenciam em sua prática pedagógica, como já dito antes. O educador repassa muitas vezes, até de forma inconsciente, os moldes da educação escolar que recebeu.

O ensino de gramática nas escolas, na maioria dos lugares, acontece de forma arcaica e essa estimativa não seria um exagero, devido à aplicação de métodos totalmente teóricos, sem nenhuma significação na vida dos alunos que, por sua vez, não conseguem estabelecer relação entre a teoria gramatical e a prática de texto.

É importante ressaltar que o ensino de gramática não deve ocorrer apenas para proteger ou conservar a composição da língua, mas para auxiliar o usuário e o falante no conhecimento de sua própria língua materna, possibilitando-lhe conhecer também as características essenciais que pertencem à sua cultura. O ensino da gramática normativa deve ser realizado de forma harmoniosa e contextualizada, sem descartar as nomenclaturas,

terminologias e regras, as quais são fundamentais para o desenvolvimento social e cultural dos alunos, porém levando o aluno a aplicação desses conhecimentos no seu dia-a-dia (ANTUNES, 2003) (PERINI, 2000).

Mediante a algumas situações ocorridas em sala de aula, relacionadas à aprendizagem, faz-se necessário, algumas mudanças nos procedimentos adotados em relação ao ensino de língua portuguesa, pois sabe-se que os alunos pertencem a diferentes culturas e devem ser atendidos de acordo com suas necessidades, baseando-se em suas possibilidades de leitura e escrita e levando em consideração o potencial gramatical que cada um tem ampliando, ou seja, enriquecendo o poder linguístico através do ensino da gramática, que tem por objetivo preparar o aluno para uma produção textual obedecendo à norma padrão.

A concepção de que língua e gramática são uma coisa só, deriva do fato de, ingenuamente, se acreditar que a língua é constituída de um único componente: a gramática. Por essa ótica, saber uma língua equivale a saber sua gramática; ou, por outro lado, saber a gramática de uma língua equivale a dominar totalmente essa língua. Na mesma linha de raciocínio, consolida-se a crença de que “o estudo de uma língua é o estudo de sua gramática. (BAGNO, 2000 p. 87).

Percebe-se que o ensino de língua portuguesa perpassa por muitas dificuldades, não apenas com a forma de ensinar a gramática, mas também com a maneira que o professor pode desenvolver as suas aulas, ou seja, além de fornecer aos alunos uma orientação válida para a prática de produção de textos respaldada pelas regras gramaticais, deve-se encontrar métodos dinâmicos e eficientes ao transmitir o conteúdo. Não há uma receita mágica nem respostas milagrosas, o que deve ser feito é a adoção de novas práticas de ensino que vão propiciar ao corpo discente uma aprendizagem significativa.

Há várias maneiras eficazes para que ocorram mudanças no ensino de Língua Portuguesa de forma tradicional, uma delas é o professor tornar-se o mediador do conhecimento do aluno, fragmentando a distância entre o mesmo e o ensino de gramática, tornando-a prazerosa e não somente obrigatória. Se

os professores de língua portuguesa conseguirem em suas aulas desmistificarem a ideia de que a gramática é uma disciplina intragável e extremamente complicada, independentemente do vasto conhecimento que possuam, poderão transmitir o conhecimento de forma interativa e criativa, estabelecendo a relação professor-aluno, acreditando sempre que o aluno é capaz de aprender e compreender os conteúdos abordados.

O aluno somente interioriza o conhecimento da estrutura gramatical, se ela for contextualizada em situações comunicativas reais. Para isso, o professor poderá utilizar recursos metodológicos e gêneros textuais variados como cartazes, textos de embalagens, revistas, jornais, produção de oficinas, elaboração de carta comercial e pessoal, bilhete, romance, horóscopo, receita culinária, cardápio, outdoor, lista de compras, resenha, inquérito, edital de concurso, piada, bem como outros recursos tecnológicos e gêneros digitais como carta eletrônica, bate-papo online, data show, dentre outros.

É importante despertar nos alunos a consciência da funcionalidade da leitura e escrita contextualizada à gramática e isso só será possível quando os professores levarem em conta a bagagem que o aluno traz consigo a respeito de sua língua materna. Dessa forma, a união da norma culta e da norma coloquial poderá acontecer sem criar traumas ou defasagens na aprendizagem dos alunos; para isso, é necessário que os educadores também busquem a formação continuada e não apenas a teórica, e que, na prática, adequem o seu conhecimento ao contexto da realidade em que está inserido, respeitando assim as diferenças.

Chegamos, assim, à conclusão de que a gramática precisa ser vista com outros olhares pelos próprios educadores, para que reflita na forma em que ela chega até aos alunos. Há uma iminente necessidade de transformar o ensino de gramática nas escolas, para que possamos possibilitar uma real construção do saber gramatical e textual, uma vez que, diferentemente do que muitos costumam pensar, o saber gramatical pode e deve ter um papel concomitante a produção textual de qualidade.

#### 4. A proposta do PCN e do OCEM de língua portuguesa

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997) são referências para o Ensino Fundamental e, da mesma forma as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM, 2006) orientam o Ensino Médio de todo o país. O objetivo de ambos é garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de acesso do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania. Não possuem caráter de obrigatoriedade e portanto devem ser adaptados às peculiaridades locais.

A própria comunidade escolar de todo o país está ciente de que ambas as diretrizes não são uma coleção de regras que pretende ditar o que os professores devem ou não fazer, é sim, uma referência para a transformação de objetivos, conteúdos e didática do ensino.

Segundo o PCN, os conhecimentos básicos da Língua Portuguesa foram adquiridos pelos alunos durante o período do Ensino Fundamental, sendo necessário então, no Ensino Médio, de acordo com as OCEM, o aprimoramento destes conhecimentos, havendo a aquisição de competências interativas, textuais e gramaticais da língua materna. Tais competências percorrem na vida escolar do educando desde o desenvolvimento do potencial crítico, da capacitação de leitores efetivos, até as diferentes aquisições do uso da língua.

Para que os alunos possam aprimorar seu saber linguístico, é imprescindível que sejam adquiridas competências gramaticais ao longo do percurso, oferecendo desta forma, oportunidades de melhora social para cada um. Outro ponto não menos importante de melhora é o contato com diversos tipos de produções, sejam elas escritas, literais ou orais.

É papel da escola fazer com que seus alunos desenvolvam competências interativas, além das questões de cunho acadêmico da Língua Portuguesa, através de atividades que sejam contextualizadas com a realidade dos educando para que o diálogo seja estendido além da vida escolar.

Na busca de oferecer uma educação de qualidade, os PCNs colocam diversos contextos a serem trabalhados com os alunos do ensino fundamental. Os itens sugeridos são:

- Contextualização Sociocultural;
- Representação e Comunicação;
- Investigação e Compreensão.

Para cada item, existem subitens a serem trabalhados com os alunos, com suas competências, objetivos e habilidades a serem adquiridas, de acordo com as atividades exercidas. Então, cabe aos professores e a escola preparar propostas de trabalho condizentes com os objetivos propostos nos PCNs, para que os alunos absorvam os conhecimentos e adquiram as habilidades e competências citadas anteriormente.

De acordo com o OCEM (BRASIL, 2006), o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio baseia-se na exploração da literatura, da gramática, da produção de textos e da oralidade, mas é preciso ir além de selecionar conteúdos teóricos, sendo necessário um alinhamento entre os profissionais da área, e o saber da realidade dos alunos frequentadores da escola.

Dentre os critérios adotados pelo PCNs e as OCEM, há uma articulação entre os conteúdos trabalhados no Ensino Fundamental e Médio, mas de maneira aprofundada e detalhada para evitar uma repetição de conhecimentos já internalizados. A formação de leitores é outro ponto importantíssimo, inclusive a partir da inserção de obras clássicas da nossa literatura.

Atividades como debates, músicas, cinema, artes plásticas, dentre outras, também são propostas de trabalho para que a oralidade não seja deixada de lado no ensino da disciplina de Língua Portuguesa. Algumas competências servem de guia dentro do PCNs, para selecionar conteúdo a partir da competência gramatical. Cada competência vem descrita juntamente com os procedimentos voltados para que o professor ajude o aluno a adquiri-las.

De acordo com o PCNs, a avaliação, outro ponto importante neste contexto, deve ser abordada como uma prática necessária na vida escolar e colocada como um processo contínuo dentro das atividades diárias dos alunos, ou seja, como algo que não deve ser único, realizado como “um verdadeiro processo de aferição dos conhecimentos” (ANTUNES, 2002, p. 83), mas onde o professor de Língua Portuguesa possa priorizar e acompanhar os avanços dos alunos.

Sobre a formação do professor, baseando-nos nas teorias de Philippe Perrenoud (2000, p. 25), teórico do desenvolvimento das matrizes de competências e habilidades na escola, algumas habilidades foram enumeradas pelo PCN (2008), pensando na necessidade de mudanças na realidade escolar, desde a alteração no modo de ensino até a realidade social vivida pelo professor nos dias atuais. São elas:

- Organizar e dirigir situações de aprendizagem;
- Administrar a progressão das aprendizagens;
- Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação;
- Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho;
- Trabalhar em equipe;
- Participar da administração da escola;
- Informar e envolver os pais;
- Utilizar novas tecnologias;
- Enfrentar os deveres e dilemas teóricos da profissão;
- Administrar sua própria formação continuada.

Para finalizar os PCNs, o autor coloca ainda que o professor deve estar atento para que sua prática em sala de aula seja coerente com novos paradigmas da educação brasileira, buscando estar em constante processo de construção de sua identidade como docente.

## 5. Considerações finais

Falar sobre gramática e ensino é uma tarefa difícil, uma vez que os discursos produzidos no decorrer da história internalizaram valores e modelos, barreiras difíceis de serem ultrapassadas, pois promovem categorias de pensamentos que não se podem mudar de uma hora para outra. Todavia, como os estudos não param e não podem parar, é preciso divulgar alguns pensamentos, assentados em pesquisas com uma fundamentação teórica alternativa sem deixar de ser consistente, sem o qual seria impossível, inclusive, escrever este texto.

Ao perceber quão grande é a responsabilidade dos educadores em desenvolver tantas habilidades que estão diretamente interligadas a todas as disciplinas, nota-se que na verdade a tarefa que se delega historicamente ao professor de língua portuguesa é, na realidade, uma responsabilidade que perpassa por todas as disciplinas e, conseqüentemente, por todos os educadores.

A contribuição do ensino da gramática para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em todas as disciplinas só se dará se todos os professores revisarem conceitos e imagens correntes da disciplina gramática. Portanto, nossa reflexão se pauta nos seguintes conceitos políticos correntes de gramática, tal como foram enfocados por Possenti (2002), quando afirma que a gramática normativa é o conjunto de regras para falar e escrever corretamente; a gramática descritiva corresponde a um conjunto de regras sistematizadas teoricamente a partir de análises linguísticas; e a gramática implícita é o conjunto de regras utilizada pelos falantes para interagir.

Assim, podemos chegar à conclusão de que os discursos sobre o ensino de gramática, historicamente, estão assentados no “falar e escrever corretamente” e nas descrições metalinguísticas da gramática teórico-descritiva, pressupondo o aprendizado das regras da gramática normativa e um rol de nomenclaturas.

Desta maneira, o discurso escolar, prioriza as regras da gramática normativa e da gramática descritiva. Mas a língua não é um objeto estático, onde o falante não tem nenhum domínio sobre ela. Dentro deste contexto, três pontos centrais de nossa ideologia são articulados: a gramática normativa compreende o aprendizado de regras da língua portuguesa; o falar em desacordo com a gramática normativa é rotulado como desvio.

Estas sucintas considerações possuem o objetivo chamar a atenção para a importância da contextualização gramática na formação de habilidades de leitura e escrita e, ainda, a atenção às variantes linguística que contribuem para a formação da primeira gramática internalizada pelo falante: a gramática implícita. Nas perspectivas aqui apresentadas, é necessário dar mais passos adiante para formar leitores e produtores de textos de uma maneira mais adequada e coerente.

A tarefa não é fácil, pois será preciso ultrapassar os limites de um sistema de referência constituído no decurso histórico. Todavia, se foi a linguagem que o constituiu, é essa mesma linguagem que há de proporcionar as condições alternativas e necessárias para a constituição de um outro sistema de referência, desta forma se sentindo parte integrante deste sistema linguístico, como de fato é todo usuário da língua.

## Referências

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Tendências contemporâneas no ensino de línguas*. Mimeo, 2007. UNB.

ANTUNES, Irlandé. *Aula de Português: Encontro & Interação*. 2ª Ed., Parábola, 2002.

\_\_\_\_\_. *Muito Além da Gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. Ed. Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 1997.

BRASIL. *PCN + Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos PCN na área de Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 2008.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Linguagens, Códigos e Tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

COUTO, Mia. *Cronicando*. 2ª ed. Lisboa: Caminho, 1993.

GNERRE, M. *Linguagem, poder e discriminação. Linguagem, Escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

JUNQUEIRA, Fernanda Gomes Coelho. *Confronto de vozes discursivas no contexto escolar: percepções sobre o ensino da gramática da língua portuguesa*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Letras, 2003.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e Liberdade*. Porto Alegre: L&PM Editora, 1985. p. 27.

PERRENOUD, Phillippe. *Novas competências para ensinar*. Rio de Janeiro: Penso, 2000.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola?* Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

RIBEIRO, Maria Ormezinda. Ensinar ou não ensinar a gramática na sala de aula, eis a questão. *Revista Linguagem & Ensino*, vol. 4, n. 01, 2001. Disponível em: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/view/265>. Acesso em: 01/10/2018.

\_\_\_\_\_. *Gramática descritiva do português*. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2002.

RORIGUES, A.D. *Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil*. In: BAGNO, M.(org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. Porto alegre: Artes médicas, 1998.

SUASSUNA, Livia. *Ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem pragmática*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2009.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. As presenças do texto em sala de aula. In: II Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa - SIELP, 2012, Uberlândia. *Anais do SIELP*. Uberlândia: EDUFU, 2012. Disponível em: [http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wpcontent/uploads/2014/07/volume\\_2\\_artigo\\_188.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wpcontent/uploads/2014/07/volume_2_artigo_188.pdf). Acesso em: 01/10/2018.